

## Traduções

---

### *Editorial: De uma Ambigüidade Própria à Pesquisa-Ação às Confusões Mantidas pelas Práticas de Intervenção\**

**Jacques Ardoino**

Université de Vincennes Paris Vili

A questão da *mudança social* (Mendras, Forsé, 1983) tende a se impor cada vez mais como um dos temas centrais das ciências do homem e da sociedade. Pode-se prever, programar, planificar, controlar a mudança<sup>1</sup>? De fato, este problema tornar-se-á, ao mesmo tempo, e mais ou menos confusamente, assunto de *estudo*, para certos procedimentos praxeológicos, e objeto de *pesquisa*, para outras abordagens, científicas, mais orientadas a produção de conhecimentos. No quadro, principalmente, de uma psicologia social que se constrói como híbrida e por conseguinte ambígua, uma vez que ela se atribui, também, por objeto, constituir uma encruzilhada entre uma ciência das atividades psíquicas do sujeito, a psicologia, e um saber sobre a sociedade, a sociologia, a *pesquisa-ação* herdará, naturalmente, o caráter duplo, equívoco, com a polissemia que dele decorrerá<sup>2</sup>. Para além do escândalo (na visão da ciência positivista) suscitado pela sua emergência, o alcance heurístico de uma tal tomada de posição se afirmará, finalmente, mais epistemológico do que metodológico (cf. Finger, 1981 -1982; Ardoino, 1983 a eIN.RP, 1988). A *análise dos fenômenos sociais* que estão "se fazendo", *nascentes*, torna assim, efetivamente possível a condição, portanto, de

•PRATIQUES DE FORMATION — ANALYSÉS. Recherche-action el formation: Le travail de terrain. n 18, Décembre 1989, p.5-14. (Universidade de Vincennes, Paris Vili). Tradução de Teresinha Fróes Burnham, que agradece a Jean Jecrevaz e a Sérgio da Costa Borba a revisão, as críticas e as sugestões.

N.T.: Procurou-se manter nesta tradução a complexidade do pensamento do autor, inclusive respeitando-se a estrutura dos períodos e a ordem das orações e de seus componentes. Quando necessário, foram colocadas expressões ou palavras entre colchetes [ ], para tomar o sentido do texto mais claro.

N.E.: Agradecemos ao Prof. Jacques Ardoino a gentileza por autorizar a tradução e a publicação do seu Editorial nesta revista.

privilegiar um campo microssocial. O olhar científico voltado, daqui por diante, mais para a relação, a interação, do que para seus fins, para a dinâmica mais do que para o estado, pontua, já, em Lewin e seus seguidores, a passagem de um modelo de pensar aristotélico, substancialista e sistemático, a um modelo galileano, funcional e sistêmico. Mas, ainda mais amplamente, este novo paradigma se encontrará atuando, também, nos resultados da psicanálise estendidos ao campo social, através das visões de Moreno ou de Rogers; na tradição hermenêutica alemã; no seio da corrente interacionista da Escola de Chicago e nas abordagens etnográficas e etnometodológicas que dele decorrerão; nas posições de análise institucional, na França, etc. A "compreensão" do *implicado*, aquela de sujeitos individuais e coletivos, em relação com seus semelhantes, apreendidos em sua *complexidade*, vem se juntar, assim, a um conhecimento do *explicado*, procedente, ele, por decomposição e redução do "complicado", em elementos cada vez mais "simples" (Ardoino, 1983b). As pesquisas em educação, depois das pesquisas sobre educação, vão se interessar, naturalmente, por uma tal perspectiva, da qual elas esperarão uma leitura mais apurada e, sobretudo, melhor *articulada*, dos dados mais heterogêneos da experiência (processos psíquicos, psicossociais e normas sociais, *efeitos de força* e *efeitos de sentido*), e das diferentes lógicas empregadas para ordenar a ação (regras, procedimentos, objetivos, táticas, estratégias, programas, planos, projetos, políticas, etc), contituindo os objetos profundamente *polimorfos* de tais investigações (Barbier, 1977; Bold de Bal, 1987; I.N.R.P, 1988). Desejar-se-ia, então, poder aí assimilar os diferentes tipos de questionamentos críticos e de análises levantadas sobre as práticas de formação, elas mesmas consideradas como fatores de mudança. Mais geralmente ainda, pode-se estabelecer uma equivalência entre a P-A e as diversas formas de intervenção junto aos atores sociais. O emprego de noções tais como "trabalho de campo", "consulta social", "mudança planejada" (*planned changé*), intervenção (psicossociológica, socioanalítica ou socio-psicoanalítica), etc. permanece ainda bastante indistinto, difícil de diferenciar, em todo caso, da P-A. O esforço de distinção querendo, além do mais, classificar as formas de análise (externa ou interna. Cf. Boumard, 1989), de intervenções (externas ou internas. Cf. Fouchard, 1975), e, agora, de pesquisa-ação (externa ou interna. Cf. Lapassade, 1971), depois da etnografia constitutiva (externa ou interna), produz, além de um inevitável ridículo de

repetição, um esclarecimento bastante vão, depressa corroído pelo uso, mais escolástico do que fecundo. Assim como na questão do "analisador", na sua época (Lapassade, 1971), praticamente indissociável funcionalmente do analista e do referencial de análise que ele emprega, o *externo* e o *interno*, na matéria, *devem ser compreendidos dialeticamente*. Não se pode fazer apelo a um sem lhe fazer, *ipso facto*, corresponder o outro. Os especialistas (J. Cardinet, M. Duru-Bellat e M. Mingat) da avaliação encontram, por suas vias próprias, hoje, este mesmo problema (cf. Meirieu, 1989; Ardoino, Berger, 1989).

Compreende-se facilmente que a forma mista "pesquisa-ação" pôde, em teoria, se estender, tanto para o pólo científico, quanto para o pólo praxeológico. Mas esta ambigüidade de origem não deve, não mais, servir para mascarar outras confusões que venham se ajuntar a ela, depois, por ■azoes bem diferentes.

Quando, efetivamente, os dirigentes políticos e os decisores privados se descobrem preocupados, por razões de eficácia (econômica, eleitoral?) e em função dos imperativos de um "código de boa conduta democrática", em sustentar uma "pilotagem social", cada vez mais no auge da moda, eles desejam proporcionar a si aportes de competência susceptíveis de iluminar as escolhas que deverão fazer a assumir. Eles se cercarão, para isso, de "conselheiros". Eles solicitarão consultores. Eles apelarão igualmente para peritos. Essa proliferação de pessoas-recursos é bastante digna de nota. As instâncias políticas, as agências governamentais, as administrações querem, doravante, solucionar os problemas espinhosos<sup>3</sup> com a ajuda de peritos, de mediadores, de conciliadores, de "comitês" e de "relatores", de todas as naturezas. Elas escolhem, por isso, personalidades "de reconhecida autoridade", em razão de sua competência e de sua experiência, conhecimento e (ou) saber. E, então, surpreendente ver a que ponto se sabe mal discernir entre as posturas<sup>4</sup> respectivas dessas pessoas-recursos, apesar de diferentes umas das outras. Em última instância, *o perito tornar-se-ia um consultor que se tomaria por um pesquisador, com a cumplicidade do contratante*, segundo a feliz expressão de Guy Berger. Precisamos, com efeito, convir que um pesquisador, por exemplo, se ele aceita tal missão, não investe aí mais as mesmas capacidades científicas que aquelas que lhe valeram seu precedente estatuto. A qualidade de suas pesquisas, o rigor, os recursos de análise que elas supõem, foram

efetivamente constituídas, para um objeto de conhecimento preciso, num campo dado, a partir de um dispositivo e de métodos, que não se encontrarão jamais na situação onde vem se inscrever esta nova função. Sua principal competência permanece, em relação ao objeto prático de sua missão, a de pertencimento a uma elite, o que o distingue evidentemente, mas não basta para conferir uma marca de cientificidade a seus pareceres, estudos ou "conselhos", apesar das expectativas dos contratantes que desejariam que ele se torne "referente", "protetor", "fiador" de futuras decisões. Há, aqui, efetivamente, um limiar delimitando uma ambigüidade mais fundamental, quase-natural, que se trata de, justamente, "compreender", num processo científico adequado, e uma *confusão instituída*, mantida por uma cumplicidade mútua, porque relativamente proveitosa. Toda prática social introduz, assim, a uma casuística, com seus imperativos de *compromisso* e seus riscos de *comprometimento*. Parece então desejável precisar os estatutos, as funções e os papéis, dito de outra forma as "posturas" daqueles que intervêm, por diversas razões, nas experiências vividas e nas produções dos atores sociais. É possível efetuar um primeiro reconhecimento das modalidades específicas de intervenção de uns e de outros, com a condição, entretanto, de levar em conta seus *projetos* respectivos, as *encomendas* e *demandas* que lhes são endereçadas e os tipos de contrato que delas resultam, os parceiros que eles tendem a privilegiar, suas *implicações* pessoais, profissionais e institucionais, o *estatuto científico que eles atribuem ou não à temporalidade* assim como as *ferramentas, dispositivos, instrumentações* de pesquisa ou (e) de ação que eles pensam em empregar.

O pesquisador, o perito e o consultor são, efetivamente, cada um à sua maneira, os *intervenientes*, contribuindo para a elaboração de elementos de referência necessários à inteligibilidade das práticas; eles se *colocam*, por seus fins próprios, *entre* os protagonistas de situações às quais eles se ligam, para lhes propor formas de mediação, colocando em jogo os saberes. As projeções fantasmáticas das quais eles estão, uns e outros, investidos, aí incluídas aquelas de "especialista", de "perito", ou de "cientista", não são evidentemente negligenciáveis, o que conduz, provavelmente, a reforçar mais a confusão. Têm sido os psicossociólogos, praticantes e clínicos, mais do que pesquisadores, os que têm elaborado e descrito o processo de intervenção (Ardoino, 1975; Mendel, 1980; ANDSHA, 1975). Chamamos a atenção,

aqui, que um dos bons autores franceses estudando esta questão, Jean Dubost, insiste, justamente, sobre a importância de conservar, a despeito de certos costumes contrários, a distinção entre pesquisa-ação e intervenção<sup>5</sup>, se não se quer correr o risco, ao contrário, de dever considerar uma simples interrogação sobre práticas (em última instância: toda forma de questionamento) como uma pesquisa oferecendo garantias de cientificidade. E bastante digno de nota, em certas amostras de trabalho de campo, ver até que ponto o *questionamento sobre o questionamento* (a psicologia do praticante, sua experiência vivida) resulta em obliterar, senão em esquecer, puramente e simplesmente, os produtos eventualmente esperados de um tal processo, afirmando-se de bom grado como pesquisa. Certamente todos os praticantes, profissionais especializados vindos do exterior, ou atores "autóctones" ao seio das situações, podem chegar a um estatuto de pesquisador quando eles se dão efetivamente os meios [para tanto]. Mas a partir de uma tal escolha, eles seriam chamados, necessariamente, a mudar de *postura* intelectual e prática para poder realizá-la. Além disso, quando se trata de atores da situação de origem, cujos comportamentos tornar-se-ão efetivamente perturbados em função de uma tal modificação do olhar dirigido sobre as particularidades de suas práticas, benefício já não negligenciável do ponto de vista da *formação para a prática*, na qual se protege mais freqüentemente ainda, sua capacidade de colaborar eficazmente em uma pesquisa dependerá essencialmente dos efeitos de uma *formação para a pesquisa*, adquirida dentro deste objetivo, no campo ou alhures. Para completar nosso reconhecimento, nós vamos, agora, perfilar muito esquematicamente as silhuetas destas diferentes pessoas-recursos.

O *pesquisador* deveria ser definido, antes de tudo, a partir de seu projeto de produção de conhecimento, combinado, contudo, com meios estratégicos e metodológicos que utiliza para este fazer. Mesmo quando os resultados do saber, assim constituído, acarretarem, depois, certas consequências no plano de ação, eles permitirão a otimização eventual deste, e influirão incidentalmente sobre as escolhas políticas; isto, entretanto, jamais terá sido a ambição principal de um tal processo, mas quando muito, um benefício extra. O reconhecimento dos estados e dos movimentos, das ligações, das intenções, dos efeitos de força e dos efeitos do sentido, que ele tem que realizar no meio dos dados brutos, transborda sempre muito amplamente as

dimensões da experimentação, do "caso" ou da situação que lhe servem de apoio para a pesquisa. Esta produção de conhecimentos consiste, sempre, em religar, de um modo que possa ser, depois, *partilhado, do até então desconhecido até o já conhecido*. Quaisquer que sejam sua disciplina, seu campo, seus métodos, o paradigma ao qual ele se refere, o pesquisador não pode, portanto, fazer economia dos conhecimentos anteriormente adquiridos, mesmo se estes tivessem sido, depois, postos em questão. Isto porque sua relação com a *duração* é fundamental. Ela inscreve bem, pela força das coisas, seu próprio processo numa temporalidade longa, ainda que esta última não possa jamais coincidir exatamente com aquela das situações, das práticas, da ação, sobre as quais se sustenta a investigação. Ademais, a relação específica que sustenta tais objetos com "seu tempo" próprio (vivido, provado: a duração, a história) torna-se, mais geralmente, mal tratada pelas diferentes abordagens, justamente na medida em que elas tendem de modo privilegiado à universalidade dos enunciados. Atualmente, a iniciativa da pesquisa está situada no âmbito da demanda social, e dos políticos que a querem traduzir, mais ela vem, da estrutura pessoal do pesquisador como do jogo de suas implicações. De fato, o trabalho científico vai depender, em todos os casos — pesquisa experimental ou pesquisa clínica —, de uma *economia ótima da relação implicação — distanciamento*, obtida notadamente pelo jogo dos "dispositivos" de coleta e tratamento dos dados. Com efeito, o pesquisador produz ele mesmo suas *ferramentas* conceituais e metodológicas, mas estas não atingem um limiar de cientificidade a não ser a partir do momento em que são tomadas transponíveis, *reapropriadas*, por outros pesquisadores, dito, de outra forma, refutáveis.

O *perito* por seu lado, pode ser caracterizado como um especialista, escolhido por sua competência, porque é susceptível de trazer ao dossiê que lhe vai ser confiado um capital de conhecimentos, constituído a seu encargo, mas geralmente elaborado por outros. Seus recursos serão destinados à procura de soluções provocadas pela emergência ou à tomada em consideração de um problema particular: a apreciação de um dano ou prejuízo, a estimação de um objeto, o controle da execução de programa ou da regularidade de aplicação de procedimentos prescritos, a análise, o diagnóstico ou a auditoria de uma situação, etc. Ele responde, portanto, a uma demanda, mas ele não sabe tratar esta a não ser nos limites da sua tecnicidade própria, dentro do objetivo de

torná-la mais conforme a modelos ou a regulamentos preexistente. O "tratamento da demanda" (no sentido do consultor) não é jamais abordado. O perito recebe, de fato, uma "encomenda" (exprimindo mais formalmente a demanda) emanada de um contratante. Em relação à situação em função da qual ele é encarregado, ele representa, de certa maneira, uma base de dados disponíveis, acompanhados de procedimentos necessários à sua utilização. Isto porque a informática tende a desenvolver os "sistemas peritos". Estes poderiam, em certos domínios, para certos objetos, substituir as pessoas-recursos, permitir as "economias de escala", apresentando garantias de maior objetividade. Está, pois, claro que o perito não produz conhecimentos novos, salvo acidentalmente, notadamente contribuindo para a elaboração de uma casuística ou de uma jurisprudência. Ele *diz*, em vista de sua aplicação eventual a um objeto dado, *o conhecimento adquirido neste campo particular*, que é aquele da sua *competência*. Esta última noção, aliás, tem que ser, ela mesma, compreendida segundo suas acepções principais: *técnica* (conhecimentos teóricos e práticos, experiência, se necessária, do objeto, do "campo", dos procedimentos e dos "instrumentos" utilizáveis) e *jurídica* (poder de conhecer um assunto e de traduzir localmente o Direito considerado universal). Sua função de *legitimação* é efetivamente preeminente. Isto é o que seu contratante espera dele. Sua orientação *é praxeológica*. Os "ditos", relatos que ele produz correspondem muito mais a "*estudos*" do que à pesquisa (no sentido que empregamos, supra, para designar uma produção de conhecimentos). A relação no tempo é inexistente. Com relação às soluções nas quais ele pode ser chamado a se referir, o perito permanece fora do tempo. Sua intervenção é necessariamente breve e pontual<sup>6</sup>. Ele enuncia o conhecimento atualmente disponível para fins de tal ou qual aplicação. E bem verdade que, periodicamente, a "base de dados" será colocada em dia, mas, nos intervalos, é o "Programa" em vigor que é o único legítimo. Esta indiferença em relação ao vivido e à sua duração é, ademais, uma das condições de sua "objetividade", de sua neutralidade. Seu olhar é pois aquele da inspeção, "panóptica", nos limites do campo considerado. Mesmo quando se lhe demanda avaliar, ele ainda controla (Ardoino, Berger, 1989). Sua inteligência das situações é organizacional e utiliza modelos funcionais, posicionando mais "*agentes*" do que "atores" dentro de um sistema. Há, portanto, pouca possibilidade para que ele chegue, no exercício de sua função, a uma

"compreensão" dos "sujeitos". Ele toma emprestado seus instrumentos, tanto do pesquisador, do qual ele transformará os modelos, quer simplificando-os por razões de custo (temporal ou financeiro), quer complicando-os, para os fins de simulação (sofisticação), com o objetivo declarado de melhor abordar a complexidade das situações, quando do consultor, mas simplificando-os consideravelmente, notadamente para gerenciar a relação com seus parceiros. O *consultor*, enfim, é um praticante; na maioria dos casos, um *clínico* (no sentido amplo deste termo). Mesmo se relações contratuais e seu modo de remuneração o fazem depender igualmente de um contratante, o que supõe já uma negociação de uma tal "encomenda", o essencial de sua prática reside no *trabalho sobre a(s) demanda(s)* que lhe endereçam seus parceiros concretos, imediatos, "sujeitos" e "atores" individuais e coletivos, os mais geralmente distintos do contratante, na *obrigação feita a estes de trabalhar, eles mesmos, esta demanda*, para decantá-la, fazê-la amadurecer e, por consequência, transformá-la. *Recorre-se* [pede-se referência] *a um perito* (a pesquisa implica igualmente esta noção de referência tão próxima da reverência) enquanto que *se institui uma relação de trabalho com um consultor*. Figurativamente ele é agarrado pela gola. O "cliente" não é apenas "aquele que paga". Esta nação engloba, de preferência, o conjunto daqueles que estão efetivamente implicados (partes envolvidas) na situação de referência. Ele está, portanto, sempre em relação contratual múltipla, com todas as exigências, às vezes contraditórias, e todas as implicações fantasmáticas (transferenciais e contratransferenciais), decorrentes de uma tal situação. Isto não quer dizer de jeito nenhum que nem o pesquisador, nem o perito não se encontrem jamais confrontados no jogo de tais implicações. Eles podem muito facilmente ignorá-las ou acreditar desprender-se delas enquanto que o consultor não pode de forma nenhuma fazer abstração delas. Esta relação complexa do consultor com seus parceiros se inscreve necessariamente no tempo. O conhecimento de situações às quais o consultor se encontra profissionalmente associado, para fins de modificação, de transformação, de mudança de atitudes, de representações, de opiniões, de crenças, supõe, de fato, uma inteligência bastante aprofundada da história da organização, da instituição, dos diferentes grupos, dos sujeitos que aí interferem. Os elementos de referência temporais, ligados no tempo, à história, vão, assim, progressivamente, aparecer como mais importantes ainda do que os elementos de referência no espaço ao quais



se ligavam até agora. A intervenção que visa à *reapropriação* pelos interessados dos elementos de referência temporais não pode, portanto, deixar de ser durável, ela própria. A noção de "intervenção breve" (J. Masonneuve, G. ^passade, R. Hess, P. Ville) não se aplica, pois, propriamente ao trabalho do consultor, mas cabe preferentemente àquele do perito. É esta relação bastante )lena com o tempo que vai, aliás, permitir ao clínico contar com os efeitos de maturação, de "perlaboração", no curso de sua intervenção. Esta compreensão em ato depende, pelo menos, tanto de uma familiaridade constituída a partir de uma escuta quanto em função de recursos habituais da observação, de rabalho documental ou da experiência clínica anteriormente adquirida. A intencionalidade de uma tal prática é praxeológica, tanto como aquela do )erito, mas se elabora, todavia, a partir de uma intuição muito diferente do parceiro (mais facilmente "representado" e aceito como "negador", criador, 'instituinte", com seu próprio contrapoder). Esta visão não se interessará a não ser excepcionalmente e, neste último caso, ulteriormente, pela produção de conhecimento propriamente dito, dependendo, sempre, então de uma mudança de postura e de um retratamento dos dados primeiros obtidos da prática. Quando a reorientação do consultor em direção à pesquisa propriamente dita se confirmar, ela tenderá muito de bom grado a privilegiar as abordagens clínicas (etnografia, observação participante ou pesquisa-ação). Os instrumentos utilizados pelo praticante dete tipo de intervenção (capacidade e referenciais de análises, dispositivos, técnicas) são, também, sua produção, os frutos de sua experiência clínica, notadamente. E por essa razão que eles não são imediatamente susceptíveis de transparência, nem facilmente transponíveis. A "caixa de ferramentas" do consultor se faz de bom grado, "caixa preta". Isto resulta de seu caráter profissional e competitivo em situação de concorrência. Ele pretende preservar, assim, legitimamente os meios de existência.

Se em certas condições, por formas relativamente precisas, ligadas às problemáticas como aos dispositivos, cuja principal garantia se assentará naquela dos pesquisadores formados, senão profissionais, a pesquisa-ação pode efetivamente, hoje, pretender um estatuto científico, a intervenção de um consultor individual ou coletivo não poderia jamais a ele ser assimilada, a despeito das correntes comuns de idéias que d>;ram nascimento tanto a uma como a outra (Finger, 1981-1982; Ardoino, 1981 el.N.R.R, 1988). Qualquer

que seja, aliás, o valor de seus aportes para o enriquecimento das práticas, para uma contribuição à mudança social, ou mesmo o interesse heurístico do material assim coletado, depois oferecido aos pesquisadores, a intervenção do consultor (psicossociológico ou socioanalista) permanece limitada a um estado protociência. Poder-se-á, ao contrário, conceber uma pesquisa-ação tomando deliberadamente a forma de uma intervenção para realizar seu projeto de investigação. Isto não seria mais de jeito nenhum a mesma coisa. O problema seria, então, o da formação de diferentes parceiros associados à pesquisa em função do dispositivo assim instituído para coletar e tratar a informação necessária.

## Notas

<sup>1</sup> Notemos, de passagem, que as mudanças sociais maiores às quais nós assistimos, hoje, na Polônia, na Hungria, na Alemanha Oriental, das quais nós ressaltamos as premissas, desde nosso precedente editorial, não devem grande coisa à "mudança voluntária", tal como a entendem os praticantes da intervenção ou os teóricos da pesquisa-ação. Como o disse muito bem J. Guigou, uma tal praxis está em jogo em uma outra cena. Mas isso ultrapassa o âmbito deste número da revista. Uma tal constatação não interdita também um estudo da mudança numa escala microsocial.

<sup>2</sup> Aparecendo nos anos 40, nos EEUU, a pesquisa-ação (*action research*) se inscreve na corrente da dinâmica de grupos. K. Lewin, antes de emigrar para os EEUU, já aplicava aos fenômenos psicológicos a noção de campo (através da idéia de GESTALT — psicologia da forma) a partir da qual ele elaborará, depois, uma teoria microsocial. A pesquisa-ação (P-A) implica uma reconsideração radical das relações entre ação e pesquisa. Já que se supõe que as ciências do homem contribuem para a resolução dos conflitos sócias (luta contra a dominação e a opressão, contra os preconceitos e as discriminações, notadamente), estudar-se-á com proveito as mudanças sociais, nascentes, junto aos decisores e aos responsáveis políticos, administrativos, industriais, etc., que as querem produzir. Em retomo, a psicossociologia poderá trazer a seus líderes, e mais geralmente a suas comunidades, meios intelectuais novos, frutos de tais procedimentos e podendo contribuir para a busca de soluções. Ao mesmo tempo a P-A designará, de fato, tanto os estudos quanto as pesquisas aplicadas, ou as experimentações de campo. Aí se encontrarão associadas, senão confundidas, uma perspectiva axiológica (aliviar o peso do sofrimento humano pela redução das disfunções sociais, privilegiar as formas de gestão democráticas, reconciliar o "cientista" e o "cidadão"); uma perspectiva praxeológica (otimização da ação ajuda para a decisão; uma perspectiva metodológica ainda dividida entre as opções firmemente experimentalistas e os primeiros fundamentos de uma clínica de situações sociais (empréstimos aos modelos electromagnéticos e à linguagem descritiva da álgebra topológica); uma perspectiva epistemológica (teoria do "campo", oposição entre os tipos de pensamento aristotélico e galileano). A partir das duas primeiras perspectivas, a educação encontrará, paradoxalmente, um lugar privilegiado enquanto meio (formação — "treinamento"), mas permanecendo tradicionalmente no estado "doméstico".

Pode-se estabelecer uma relação analógica com as ciências médicas, partindo do estudo dos sofrimentos físicos e morais, da patologia e das diferentes formas de intervenções terapêuticas para elaborar um conhecimento mais geral do ser vivo e das condições de saúde.

As idéias de Lewin têm sofrido a influência das conseqüências sociais da psicanálise (psicologia do "eu" e importância dos fenômenos transferenciais e contratransferenciais nas relações inter humanas), das teorias sociométricas de J. L. Moreno, praticamente contemporâneas (testes sociométricos, oposição entre o formal e o informal, psicodrama como instrumento de intervenção), das visões de C. Rogers sobre a terapia e a educação ("Client-centered", não-diretividade). Os avatares da psicologia industrial americana, de Elton Mayo e Roethlisberger ("human-relations") ao desenvolvimento organizacional à "mudança voluntária" ("planned-change") têm igualmente um lugar notável nesta elaboração como na sua evolução ulterior. Enquanto K. Lewin colocava muito firmemente a ênfase sobre o pó o "pesquisa", quando falava de "pesquisa-ação", seus seguidores estão muito divididos. A ênfase se deslocará progressivamente concedendo ao pó o "ação" uma importância cada vez maior e dando, no mesmo golpe, à P-A uma orientação participativa. Desliza-se de pesquisador a interveniente e a "agente de mudança". Assim, a

corrente praxeológica do "planned changé" (Bennis, Chen e Benne) liga-se, a partir daí mais particularmente à relação de consultoria. Oscila-se, desta maneira, entre quatro casos do jeito como o mostra muito bem J. Dubost: 1) a P-A é uma modalidade particular da pesquisa fundamental, distinguindo-se da enquete e se realizando em um laboratório "a céu aberto", que tem as dimensões da vida; 2) a P-A é uma pesquisa sobre a ação, servindo para controlar a eficácia dos procedimentos e técnicas empregados para a ação; 3) a P-A é uma pesquisa para a ação, para esclarecer os agentes da ação (ajuda para a decisão); 4) a P-A inclui os sujeitos da pesquisa, os diferentes protagonistas, os atores, no processo de pesquisa e supõe sua participação e sua colaboração ativas. Desde o pós-guerra, a P-A vai se espalhar, a partir de seus focos americanos, e ganhar o Japão (J. Mmisi, a Inglaterra (Tavistock Institute com E. Jaques, F. Emery, H. Brifger e E. Trist, etc.), a Alemanha (O. Ludeman) e a França (A.N.D.S.H.A., A.R.I.P.M. Pages, J. Dubost, J. Ardoino, A. Lévy, J. C. Rouchy, E. Enriquez, etc.). As orientações participativas da P-A, às vezes militantes, aí ganharão mais importância. A análise institucional (G. Lapassade, R. Lourau, R. Hess, P. Boumard, R. Barbier, etc.) vai retomar por conta própria, com a forma socioanalítica, a intervenção, muito mais do que a P-A, esta última se reencontrando, ao contrário, nos meios pedagógicos, relativamente desertados, pelos institucionalistas (Cf. notadamente: R. Barbier, 1977; M. Bold de Bal, 1987, I.N.R.P., 1988). Deve-se ainda mencionar algumas intervenções sociopsicoanalíticas (G. Mendel, C. Vogt, J. Beitlerot, RucifG. Lévy, etc.). G. Lapassade defenderá nas páginas seguintes deste número: "Pesquisa-ação externa e pesquisa-ação interna" que, seguindo a evolução da intervenção externa à intervenção interna, já sugerida pela socioanálise (socioanálise interna e socioanálise externa, "análise interna"), as correntes mais recentes da P-A se orientam na direção de uma pesquisa-ação interna (P-A-I), desenvolvida, na Inglaterra, principalmente por L. Slenhouse, nos meios dos professores. Para ele, a nova pesquisa-ação se define, doravante, como trabalho de campo, compreendendo diferentes formas de intervenção e combinando os recursos de uma abordagem etnográfica, de uma "observação-participante", eventualmente certos aportes etnometodológicos, em um vasto leque de procedimentos. Os trabalhos de A. Coulon sobre a etnografia constitutiva interna vão um pouco no mesmo sentido, sem assimilar tão completamente, contudo, P-A e intervenção

<sup>1</sup> A questão dos véus integristas é totalmente ilustrativo dos nossos propósitos. O problema é posto, ampliado com grandes reforços da mídia, provocando reações de princípios bastante ferozes, chamando depois compromissos necessários. Mas ele não é jamais propriamente identificado como "analisador" das mudanças em curso nas nossas sociedades (taxas de imigração, identidades culturais) Em vez de se servir dele para um debate nacional de alcance realmente educativo, tenta-se desajeitadamente minimizá-lo, senão encerrá-lo. Quando ele se toma um "problema de sociedade" é remetido à apreciação do Conselho de Estado. Assim, o uso do "jidad" por algumas [mulheres] acarreta "os efeitos de espelho" para outras. Há aí muitas maneiras de "esconder a face".

\* Postura é empregada aqui no sentido de posição. Deve-se aí entender o sistema de atitudes e de olhares *vis-à-vis* dos parceiros, das situações, dos objetos, no âmbito das pesquisas ou das práticas sociais. A nuance malfadada que se atribui a ela, a mais freqüente, e, sobretudo, a forma passiva que a acompanha ("se está em boa ou má postura", mais do que se escolhe [uma postura]) nos recordam utilmente que uma tal postura depende ao menos tanto das características da situação onde ela vem se inscrever e das representações que nossos parceiros têm dela, quanto de nossa intencionalidade, de nossas estratégias e de nossos procedimentos.

<sup>2</sup> Cf Dubost, 1987, p.49: "Se bem que para alguns as duas expressões sejam sinônimas (cf por exemplo, os britânicos A. Curle, 1948; RN. Rapoport, 1868, PM. Forster, 1972; A. W. Clark, 1876) nós manteremos ao longo de todo este trabalho o princípio de uma não-equivalência: observa-se-á com efeito que todas as práticas de intervenção não sustentam um projeto heurístico, os partidários de certas correntes se afirmam claramente agentes de aplicação ou puros técnicos; de outro lado pode-se conceber com facilidade P-A cujo objeto não depende da psicologia ou da sociologia, mas somente da economia, da técnica, etc, sem se confundir, portanto, com os métodos dos profissionais da pesquisa científica".

<sup>3</sup> Assim como os peritos do Comitê Nacional de Avaliação das Universidades. Cf Ardoino, Berger, 1989.

## Referências bibliográficas

A.N.D.S.H.A. *Vintervention dans les organizations et les institutions*. Paris, 1975. (Epi — A.N.D.S.H.A., protocolos 1-2).

ARDOINO, J. *Du psychosociologique, essai sur les significations et les ambigüités* (Tune pratique. *Connexion*, Paris, n.13, 1975).

- \_\_\_\_\_. Conditions et limites de la recherche-action. *Pour*, Paris, n.90, 1983a.
- \_\_\_\_\_. Polysémie de l'implication. *Pour*, Paris, n.88, 1983b.
- ARDOINO, J., BERGER, G. *D'une évaluation en miettes à une évaluation en actes*. Paris: Matrice — A.N.D.S.H.A., 1989.
- BARBIER, R. *La recherche-action dans l'institution éducative*. Paris: Gauthier Villars, 1977.
- BOLD DE BAL, M. Nouvelle alliance et reliance, deux enjeux stratégiques de la recherche-action. *Revue de l'Institut de Sociologie*, Bruxelles, n.3, p.573-587, 1987.
- BOUMARD, P. *Les savants de l'intérieur: l'analyse de la société scolaire par ses acteurs*. Paris: A. Colin, 1989. (Bibliothèque européenne des sciences de l'éducation).
- DUBOST, J. *L'intervention psycho-sociologique*. Paris: P.U.F., 1987. 350p. Sociologies.
- FINGER, M. *La recherche-action: réflexions épistémologiques sur une alternative méthodologique et cosmogonie et société*. Genève: Roneos, 1981-1982.
- FOUCHARD, R. *L'implication de l'intervention interne*. Paris: A.N.D.S.H.A., 1975. (Epi—A.N.D.S.H.A., protocoles, 6).
- HESS, R. *La sociologie d'intervention*. Paris: P.U.F., 1981.
- I.N.R.P. *Recherches impliquées recherches-action: le cas de l'éducation*. Bruxelles: De Boeck Université; Paris: Ed. Universitaires, 1988. Pédagogies en développement. Recueils. cap.: La recherche-action: alternative méthodologique ou épistémologique.
- LAPASSADE, G. *L'analyste et l'analyseur*. Paris: Gauthier — Villars, 1971.
- MEIRIEU, P. Evaluation externe ou interne: un faux problème. *Administration et Éducation*, n.1, 1989.
- MENDEL, G. *L'intervention institutionnelle*. Paris: Payot, 1980.
- MENDRAS, H., FORSE, M. *Le changement social*. Paris: Armand Colin, 1983.